



PROPOSTA DE LEI N.º 5 /XIV/1ª  
ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020

PROPOSTA DE ADITAMENTO

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 178.º- A

Estudo epidemiológico aos ex-trabalhadores da ENU e seus familiares

Em 2020 o Governo realiza um estudo epidemiológico aos ex-trabalhadores da ENU- Empresa Nacional do Urânio e seus familiares, tendo em conta as doenças graves que os afetam, nomeadamente as neoplasias malignas que continuam a aumentar.

Nota justificativa:

A atividade mineira de urânio em Portugal foi uma evidente fonte de riqueza para o país, contudo deixou um passivo ambiental demasiado pesado e com riscos para o ambiente e saúde pública que perduram no tempo dado o potencial radioativo deste minério.

Desde os anos 90 com o avançar do conhecimento científico, tornou-se cada vez mais clara, a montante, a forte correlação entre a exploração de urânio/radioatividade e os impactos no ambiente e na saúde pública.

Os Verdes, em articulação com os ex-trabalhadores, têm exigido respostas ao Governo em termos ambientais, sociais, de saúde pública e culturais. Em 2001, foi com base numa proposta do PEV (Projeto de Resolução 105/VIII/2.ª) que a Assembleia da República adotou a resolução n.º 34/2001, de 02 de maio, recomendando ao governo a implementação de um plano de emergência nas minas abandonadas do Complexo Mineiro da Urgeiriça, com vista à defesa das populações por elas abrangidas nos

diferentes concelhos dos distritos da Guarda, Viseu e Coimbra.

Esta resolução foi particularmente importante, sendo um dos pontos de partida para a intervenção que se veio a desenvolver na recuperação ambiental deste complexo e demais minas afetadas à exploração de urânio, assim como a responsabilização do Estado pela monitorização epidemiológica ativa para garantir uma minimização de riscos, a saúde pública e o seu bem-estar aos ex-trabalhadores da ENU e suas famílias.

No seguimento dessa resolução, no início deste século XXI foi realizado um estudo epidemiológico, denominado MinUrar, centrado exclusivamente na comunidade local de Canas de Senhorim. Este estudo veio abordar os efeitos aos quais as populações que vivem nas proximidades das minas de urânio estão sujeitas, bem como os impactos que as escombreliras e com águas residuais ácidas ricas em metais pesados dessas mesmas minas exercem sobre a saúde dessas populações.

Ao longo destes anos houveram avanços significativos, que só foram possíveis, para além do contributo de Os Verdes como não poderia deixar de ser, com a determinação e luta dos ex-trabalhadores e populações, nomeadamente a nível ambiental com a inundação controlada da mina, a recuperação e selagem das barragens de rejeitados e das escombreliras, e na recuperação ambiental e paisagística das áreas afetadas à exploração mineira, mas também ao nível do acompanhamento médico periódico e gratuito aos trabalhadores da ENU e seus familiares, no âmbito do Programa de Intervenção e Saúde (PIS), ao nível dos direitos laborais e mais recentemente com a aprovação do direito a uma compensação por morte emergente de doença profissional dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio.

A aprovação desta Lei na legislatura anterior foi um marco importante não só pela indemnização em si, a que os trabalhadores e suas famílias tiveram direito, mas pelo efetivo reconhecimento e responsabilização do próprio Estado pelas consequências resultantes da exploração de urânio, em particular para os seus trabalhadores. Ao nível do Programa de Intervenção e Saúde (PIS) tem havido um aumento de ex-trabalhadores da ENU e seus familiares sendo hoje mais de 720 utentes que integram este programa, correspondendo a milhares de consultas médicas/ano e de exames médicos. Todavia, apesar deste importantíssimo apoio na saúde, continua a constatar-se que as mortes de ex-trabalhadores com neoplasias malignas têm aumentado.

Nesse sentido considera-se importante, dando seguimento às reivindicações das populações, dos ex-trabalhadores e suas organizações a realização de estudo epidemiológico a todos ex-trabalhadores e seus familiares tendo como objetivo reduzir a mortalidade por neoplasias que temos vindo a assistir.

Palácio de S. Bento, 27 de janeiro de 2020.

Os Deputados,

José Luís Ferreira

Mariana Silva